



Presença do IAN/TT na III Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP ■

A III REUNIÃO DOS MINISTROS DA Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) realizou-se em Maputo, nos dias 28 e 29 de Abril de 2004.

A delegação portuguesa, presidida pelo Senhor Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta, integrou Directores de Instituições do MC, nomeadamente o Senhor Director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Professor Doutor Pedro Dias.

Do documento *Resolução de Maputo* extraem-se algumas das decisões tomadas, relativamente aos seguintes pontos agendados:

Memórias lusófonas para o futuro

- Apoiar o Forum Permanente dos Arquivos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa, cuja coordenação competirá a Moçambique, Estado que deverá apresentar um projecto multilateral de cooperação nesta área;

Cultura e Educação

- Reconhecer o carácter transversal da cultura e da arte, pugnando pelo reforço da ligação entre Cultura e Educação, designadamente através da troca de experiências entre os Estados Membros nesta matéria; a necessidade de se desenvolverem esforços no sentido de ser dado maior ênfase nos *curricula* escolares e nas actividades extra-curriculares

à cultura e às artes, bem como ao conhecimento da diversidade cultural no seio da CPLP;

- Recomendar à Reunião dos Ministros da Educação da CPLP que terá lugar no Brasil, que esta mesma realidade seja tida em conta. Estimular a participação de representantes dos Ministérios da Educação e da Ciência e Ensino Superior nas Reuniões dos Ministros da Cultura e destes nos foros relativos à educação, à ciência e ao ensino superior;

Gestão da informação e conhecimento

- Ressaltar a necessidade de criação de estatísticas fiáveis, credíveis e comparáveis, nomeadamente através da criação de uma rede de observatórios de actividades e políticas culturais existentes nos Estados Membros;

Mercado cultural

- Sistematizar e divulgar informações sobre eventos de natureza cultural nacionais ou internacionais que possam interessar aos Estados Membros ficando Angola responsável pela execução deste projecto;

Incentivo à participação da sociedade civil

- Ressaltar a necessidade de se ampliar a vantagem da participação da sociedade civil na definição e execução das políticas culturais no âmbito da CPLP. ■

Neste número

- 01 · Presença do IAN/TT na III Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP
- 02 · Porto
- 02 · Leiria
- 03 · Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
- 04 · Arquivo Histórico/Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- 04 · Protocolo de Cooperação
- 05 · Relatório sobre Arquivos na UE
- 06 · O Arquivo dos Gabinetes dos Presidentes do Conselho
- 06 · Atlas de Portugal
- 07 · O Sistema de Informação do IAN/TT
- 08 · Casa de Santa Iria
- 09 · O Arquivo do Prof. Doutor Marcello Caetano
- 10 · Visitas Oficiais
- 10 · Visitas de Estudo
- 11 · Doutoramento em Ciências Documentais
- 11 · CD-ROM O Manuelino e os Descobrimientos
- 11 · Incorporação
- 11 · Legislação
- 12 · Exposições
- 12 · Congresso
- 12 · Novas Instalações do ADV

DigitArq – Produção, Conservação e Gestão de Conteúdos Digitais de Arquivo ■

O ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO terminou, em 30 de Abril de 2004, o projecto DigitArq, elegível no âmbito do POC, com a duração de um ano.

Enquanto organização, o ADP tem promovido o desenvolvimento de uma cultura organizacional apostada no mérito, no incentivo ao desenvolvimento individual e colectivo, na busca da exigência e da excelência, com a introdução de novos processos de trabalho. Uma mudança organizacional que espera vir a ter uma ampla aceitação social por parte dos clientes do Arquivo, assente em estrutura de projectos e que tem vindo a implicar novas formas de relacionamento dos seus agentes.

Este projecto, repartindo-se por várias áreas e actividades, pretendeu planear e desenvolver um arquivo digital, entendida esta entidade como um conjunto de tecnologias, recursos e procedimentos organizacionais reunidos para gerir objectos digitais.

Nesse sentido foram ensaiados e testados novos serviços a prestar aos

utilizadores assim como novas formas de interacção entre a organização ou, mais precisamente, entre a equipa de colaboradores do ADP e os seus clientes actuais e potenciais.

Foram consideradas como vertentes essenciais:

- 1 – a gestão dos objectos digitais sob o ponto de vista de produção, preservação, recuperação e disponibilização e a gestão de clientes compreendendo o seu estudo (elaboração de perfis)
- 2 – a gestão de pedidos remotos de reproduções e a consulta de documentos em linha.

O trabalho até agora desenvolvido já permitiu, para além da disponibilização da informação do ADP através de motor de pesquisa, acessível no sítio web www.adporto.org, aferir algumas metodologias, de entre as quais salientamos:

- 1 – ensaiar novas formas de organizar as transferências de documentação, acompanhadas de

alguns repositórios de informação desenvolvidos no âmbito da instituição produtora;

- 2 – fornecer ferramentas informáticas para a elaboração de guias de remessa, permitindo assim alimentar de forma continuada o arquivo digital do ADP;
- 3 – manter um nível elevado de recuperação da informação transferida, sem perdas significativas de tempo em novos trabalhos de reorganização,
- 4 – prestar assessoria técnica visando a incorporação de documentos digitais;

No seu conjunto julgamos esta experiência como produtiva quer sob o ponto de vista de resultados como pela aprendizagem conseguida por todos os membros da equipa de projecto.

Maria João Pires de Lima

DIRECTORA DO ARQUIVO DISTRITAL

L E I R I A

Estágio no Arquivo Distrital de Leiria dá origem a roteiro turístico ■

NO ÂMBITO DE UM ACORDO ENTRE o Pólo de Leiria da Universidade Católica e o Arquivo Distrital de Leiria, a finalista do curso de Comunicação Cultural, Patrícia Marciano Cordeiro, desenvolveu o seu estágio curricular de 3 meses neste serviço, tendo tido oportunidade de, devidamente apoiada pelos sectores da

Arquivística e do Restauro, reorganizar todo o espólio técnico de Ernesto Korrodi, preenchendo as folhas de recolha de dados para próxima introdução no CALM.

Este trabalho proporcionou que três associações locais, CEPAE – Centro do Património da Estremadura, ADLEI – Associação para o

Desenvolvimento de Leiria e a Delegação de Leiria da Ordem dos Arquitectos produzissem um roteiro trilingue de grande qualidade, propondo um passeio na cidade e na região, de visita ao património daquele arquitecto galardoado com o prémio VALMOR e introdutor da Arte Nova em Portugal. ■

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta ■



Rua João Lopes de Faria, 12
4800-414 Guimarães
Tel. 253520910 /Fax. 253515134
E-mail: geral@cm-guimarães.pt
www.cm-guimarães.pt
Horário 2.ª a 6.ª das 9 – 12.30h
e das 14 – 17.30h

O ARQUIVO MUNICIPAL DE GUIMARÃES foi criado pelo decreto n.º 19 952, de 27 de Junho de 1931, publicado no Diário do Governo n.º 175, I série e republicado em 30 de Junho de 1931. Por determinação deste decreto passou a incorporar: o arquivo da extinta Colegiada de Guimarães, os documentos do antigo recolhimento do Anjo, processos crimes, cíveis e orfanológicos, livros dos cartórios e tabeliães extintos, livros paroquiais do concelho, todos os documentos, livros, processos e estatutos provenientes das irmandades, corporações e repartições extintas.

Esta atribuição confere-lhe funções de Arquivo Distrital, para a área do concelho de Guimarães.

Por republicação dos artigos n.º 1 e 4 no Diário do Governo, I Série n.º 130 de 4 de Junho de 1932, do decreto n.º 20 577 de 27 de Novembro de 1931, foram cometidos todos

os encargos de instalação, incorporação, material, pessoal e expediente à Câmara Municipal de Guimarães. Em 22 de Dezembro de 1931 foi nomeado seu director, por conveniência de serviço, o Dr. Alfredo Pimenta.

Publica-se pela primeira vez, em Março de 1933, o Boletim de Trabalhos Históricos, que permanece até aos dias de hoje.

De 1931 a 1934 o Arquivo esteve instalado no edifício da Sociedade Martins Sarmento e a 14 de Outubro de 1934 dá-se a abertura solene no antigo edifício dos Paços do Concelho, sito ao Largo da Oliveira onde permaneceu até 1963. A 29 de Fevereiro de 1952 por portaria publicada no Diário do Governo n.º 51, II série da mencionada data, passou o arquivo a designar-se Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em homenagem àquele que foi seu Director cerca de 20 anos. A 23 de Julho 1964 por determinação da Inspeção Superior de Bibliotecas e Arquivos passou a incorporar os livros paroquiais do concelho de Guimarães incluindo aqueles que se encontravam no Arquivo Distrital de Braga.

Desde 1963 até 24 de Junho de 2003 o Arquivo Municipal Alfredo

Pimenta esteve instalado na Capela do Convento de Santa Clara.

No âmbito do Programa de Apoio à Rede Nacional de Arquivos Municipais (PARAM), do IAN/TT, foi este arquivo participado financeiramente para a sua instalação em edifício já existente denominado de Casa Navarros de Andrade, inaugurado por Sua Excelência. Sr. Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta, no dia 24 de Junho de 2003, Dia um de Portugal, Comemoração da Batalha de S. Mamede. Com a adaptação da Casa Navarros de Andrade a arquivo resolveu-se uma das preocupações mais prementes, a salvaguarda, preservação e acesso à nossa memória colectiva.

O Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, cuja área total é de 3012m², é constituído por átrio, recepção, bengaleiro, sala de pessoal, sala de exposições, 3 salas de leitura e biblioteca, 5 gabinetes técnicos, sendo um deles também sala de reuniões, reprografia, microfilmagem, secretaria, economato, arrecadação, 11 depósitos com capacidade para cerca de 12 000 metros lineares de documentação, higienização, sala de avaliação, selecção e triagem e cais de descarga. Integra um riquíssimo acervo documental do qual salientamos: Municipal (séc. XII–XX), Notarial (1539–1975), Judicial (séc. XIV–XX), Paroquial ou Registo Civil (1537–1903), Juntas de Turismo (1921–1989), Colegiada de Guimarães (séc. X–XX), Monástico-Conventual (séc. XVI–XIX), Dr. Mariano Felgueiras (1905–1975), Eng. Duarte do Amaral (1910–1973), Prof. Doutor Freitas do Amaral (doado a 24 de Junho do corrente ano).

Teresa Malheiro

DIRECTORA DO ARQUIVO MUNICIPAL

Arquivo Histórico/Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ■



Av. D. Carlos I, nº 126, piso C,
1200-651 Lisboa
Tel. 213 901 749 / fax 213 975 591
Dias úteis das 9h30-12h30 / 14h-17h

O ARQUIVO HISTÓRICO/BIBLIOTECA (AH/B) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – uma Instituição com 506 anos de História – tem à sua guarda a documentação produzida pelos diversos Serviços nos últimos séculos, bem como o Livro Antigo propriedade da Santa Casa. Esta documentação encontra-se distribuída por três sectores:

- o Arquivo Intermédio, que integra documentação mais recente, cuja consulta é requisitada com muita frequência pelos Serviços da Misericórdia (ocupando cerca de 5.000 metros lineares). A recolha da documentação, sua avaliação e selecção é levada a efeito com base na Portaria nº 509/2004, de 14 de Maio;

- o Arquivo Histórico, que constitui a "memória" da Instituição, onde são preservados os documentos com valor cultural, histórico e artístico (ocupando cerca de 1.000 metros lineares), os quais são consultados sobretudo por investigadores e outros utilizadores externos;

- a Biblioteca, que é constituída por importantes obras impressas nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, totalizando aproximadamente 4.000 obras.

Com o objectivo de facilitar a consulta e de divulgar tão importante espólio documental e bibliográfico, o AH/B tem vindo a publicar obras de referência, salientando-se os Catálogos da Biblioteca e o Inventário da Criação dos Expostos. Este Inventário descreve profundamente a documentação relacionada com as crianças que eram depositadas na Roda, para serem entregues aos cuidados da Santa Casa.

Outra importante vertente da acção do AH/B abrange as tarefas relacionadas com o restauro e adequação acondicionamento da documentação mais deteriorada ou que se destina a figurar em exposições. Para estas iniciativas a Santa Casa tem contado com o apoio mecenático de diversas Entidades.

Presentemente, o AH/B tem em curso um programa de microfilmagem de documentação relacionada com os Expostos, no âmbito de um Protocolo com a Sociedade Genealógica de Utah.

De salientar que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa celebrou em 2003 um Protocolo de Cooperação

com a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, com vista à transferência do Serviço para o Complexo de São Roque/Espaço do antigo Palácio Nisa, esperando-se que as novas instalações do AH/B sejam inauguradas no dia 2 de Julho de 2005, por ocasião das Comemorações do 507º Aniversário da Santa Casa.

Francisco d'Orey Manoel
DIRECTOR DO ARQUIVO
HISTÓRICO/BIBLIOTECA

Protocolo de Cooperação com a União das Misericórdias Portuguesas ■

TEVE LUGAR NA TORRE DO TOMBO, no passado dia 21 de Junho, a assinatura de um protocolo entre o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e a União das Misericórdias Portuguesas. O presente protocolo visa a cooperação na área da arquivística, para o tratamento correcto e científico dos acervos documentais das Santas Casas de Misericórdia.

Na sequência deste acto, decorreu o lançamento dos dois volumes da obra «Guia dos Arquivos das Santas Casa de Misericórdia do Brasil», pela Prof.^a Doutora Yara Coury.

Foi ainda prestada homenagem aos Senhores Carlos Perry da Câmara e Mário Ferro Júnior. ■■

Relatório sobre Arquivos na União Europeia Alargada ■

O IAN/TT ESTEVE REPRESENTADO na 4ª Reunião do Grupo de Preparação de orientações para o desenvolvimento da cooperação arquivística na Europa e na 3.ª Reunião Plenária do Grupo de Peritos Nacionais sobre Arquivos, nos dias 2 e 3 de Junho de 2004, em Bruxelas.

Ambas as reuniões incidiram acerca da fase final de elaboração do *Relatório sobre Arquivos na União Europeia Alargada* que visa responder à Resolução do Conselho da União Europeia de 6 de Maio de 2003 sobre Arquivos na União Europeia e apresentar propostas ao Conselho Europeu. A sua preparação iniciou-se há mais de um ano e congregou a contribuição de diversos especialistas europeus no domínio dos arquivos, contando ainda com a assistência de outros, incluindo de Portugal, através do IAN/TT, prestada frequentemente através do correio electrónico.

Da Reunião do Grupo de Preparação resultou a reelaboração de um *Executive summary* a propor na Reunião Plenária para inserção no Relatório, o que veio a acontecer. Este *Executive summary* é a súmula do Relatório e aponta as prioridades de acção no âmbito dos Arquivos Públicos na União Europeia, para os próximos 2-3 anos. Tem em especial consideração o recente alargamento da União Europeia (UE) e a evolução provável da gestão de arquivos e de documentos e dos serviços de arquivo.

Elenca as seguintes 5 acções prioritárias bem como o montante dos recursos financeiros necessários para o seu desenvolvimento. Assinala-se que esses recursos, se aprovados, serão atribuídos num sistema

de co-financiamento entre a UE e o correspondente Estado Membro.

1.1 Medidas para a prevenção dos danos em arquivos provocados por catástrofes naturais e outras: plano de acção modelo para prevenção e recuperação de catástrofes; organização de laboratórios centrais especializados para emergências transfronteiras; criação de equipas de resposta rápida para avaliação dos danos.

1.2 Preservação e restauro de documentos e de arquivos: reforço das medidas de coordenação para estabelecer um programa da UE sobre restauro de documentos e arquivos danificados; actualização de normas e especificações a nível nacional e europeu relativas a edifícios para arquivos, por um grupo de trabalho interdisciplinar dos estados membros e de instituições da UE.

2.1 Colaboração europeia para estabelecer critérios de autenticidade, preservação a longo prazo e acessibilidade de documentos e arquivos electrónicos.

2.2 Actualização, revisão e aprofundamento dos actuais requisitos para a criação de sistemas de gestão de documentos de arquivo electrónicos, tais como o Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Electrónicos (MOREQ), a fim de o transformar em norma ou especificação oficial na União Europeia.

2.3 Reforço da rede e fórum DLM/Grupo Europeu de Interesse Económico (EEIG): desenvolvimento e organização do DLM Fórum em Budapeste em 2005.

3 Criação e manutenção de um portal dos documentos e arquivos na Europa.

4.1 Criação de uma função de vigilância relativamente a propostas

de legislação nacional e da UE que tenham repercussões na gestão de documentos e de arquivos.

4.2 Para efectivar o mencionado em 4.1: estudo da legislação arquivística e relacionada, a nível nacional e da UE; criação de uma base de dados sobre a referida legislação; tradução dessa legislação em inglês, francês e alemão e outras línguas, através dos arquivos nacionais de relevo; consideração desta legislação ao nível da UE.

5 Estudo de medidas contra o roubo dos documentos e para a respectiva recuperação. Estabelecimento de um plano de acção a definir com base num inquérito.

No Relatório propõe-se ainda a criação de um Comité oficial de arquivistas dos estados membros e das instituições da UE. O Comité deverá trocar informação e divulgar as melhores práticas e assegurar, por consenso, e respeitando o princípio da subsidiariedade, a coordenação intensificada do trabalho de arquivo na Europa. Terá por objectivo desenvolver um programa para três anos.

A versão final do Relatório está a ser ultimada por um reduzido grupo de trabalho e será enviada a todos os países para revisão final. Vai ser objecto de uma reunião informal dos representantes dos Arquivos Nacionais, em 24 de Agosto em Viena, por ocasião do Congresso Internacional de Arquivos, e na qual o IAN/TT estará presente. Depois de submetido ao Conselho Europeu o Relatório será publicado.

Ana Cannas

COORDENADORA DO GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO TÉCNICO

O Arquivo dos Gabinetes dos Presidentes do Conselho, Oliveira Salazar e Marcello Caetano ■

INTEGRADA NAS COMEMORAÇÕES dos 30 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974, realizou-se, no passado dia 24 de Abril, a cerimónia oficial de entrega da documentação proveniente do Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros e respeitante aos Gabinetes dos Presidentes do Conselho, Professores Doutores António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano.

A cerimónia, que decorreu no auditório do IAN/TT, foi presidida por Sua Excelência o Primeiro



FOTO - JOSÉ ANTÓNIO SILVA

Ministro, Dr. José Manuel Durão Barroso, tendo contado com a presença de vários ministros, entre os quais o Senhor Ministro da Presi-



FOTO - JOSÉ ANTÓNIO SILVA

dência, a Senhora Ministra da Justiça, a Senhora Ministra do Ensino Superior e da Ciência e o Senhor Ministro da Cultura, outros membros do Governo e Deputados assim como uma assistência alargada.

Na ocasião, usaram da palavra o Senhor Primeiro Ministro e o Senhor Director do IAN/TT.

A documentação agora incorporada e cujo Auto de Entrega foi assi-

nado pelo Senhor Director do IAN/TT, Professor Doutor Pedro Dias e pelo Senhor Secretário-Geral de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. José Maria Sousa Rego, corresponde a 41,60 metros, acondicionados em 290 unidades de instalação, e acresce ao restante arquivo existente no IAN/TT, desde 1992. (*vide Boletim* nº 06, de 2003). .U

Atlas de Portugal ■

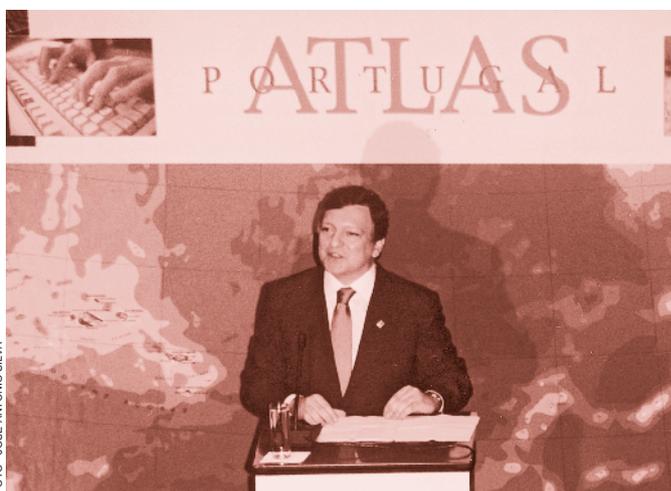


FOTO - JOSÉ ANTÓNIO SILVA

NO DECURSO DAS COMEMORAÇÕES DOS 30 ANOS da Revolução de 25 de Abril realizou-se, na Torre do Tombo, a apresentação pública do lançamento do projecto “Atlas de Portugal” do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente em parceria com o Instituto Geográfico Português.

A apresentação da obra esteve a cargo da sua coordenadora, a senhora Professora Doutora Raquel Soeiro de Brito.

Esta obra de elevado interesse e importância para o conhecimento das realidades da geografia física e humana de Portugal estará disponível ao público a partir de Outubro próximo. .U

O Sistema de Informação do IAN/TT ■

NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DO IAN/TT, as sucessivas Direcções têm vindo a investir na modernização dos serviços, nomeadamente através do recurso a tecnologias de informação e comunicação.

A sistematização das acções necessárias levou, em 2000, à elaboração de um Plano Estratégico do Sistema de Informação e, mais recentemente, à aquisição de equipamentos e programas adequados à descrição arquivística e à disponibilização de imagens dos documentos em suporte digital.

Outros projectos foram ainda previstos, pelo que era imperioso salvaguardar a sua coerência e integração através de um Sistema de Informação único e orientado para a missão da própria instituição.

Com tais preocupações foi dado início à implementação do Sistema de Informação, através da constituição de uma equipa de projecto que terá como principal objectivo estabelecer as condições técnicas e organizacionais necessárias ao seu desenvolvimento.

Partindo dos documentos de orientação estratégica já referidos, foi feita uma avaliação dos objectivos e processos então identificados para garantir a sua adequação às actuais exigências dos serviços. Esta avaliação permitirá actualizar as necessidades decorrentes dos objectivos de gestão, de modo a que as aplicações informáticas respondam cabalmente à desejada optimização de processos.

Existem no entanto compromissos assumidos que obrigam a encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento do Sistema de Informação e a realização de projectos já programados como seja o TT Online e o CALM. Para tal, de imediato, será dada especial atenção à conclusão da rede virtual privada de comuni-

cações para interligação de todos os Arquivos Distritais, à utilização dos vários módulos do CALM e ao projecto de digitalização de documentos.

Desta forma irá ser feito um esforço importante de formação dos utilizadores e organização de processos, de modo a integrar as ferramentas informáticas nas actividades dos serviços.

Conta-se com a contribuição de todos os funcionários, certos de que o êxito dos projectos facilitará a melhoria das condições de trabalho e a qualidade na resposta às solicitações dos utilizadores.

A direcção do projecto compete à Direcção do IAN/TT.

Nesta fase inicial, a equipa executiva do projecto é constituída por: Dr^a Ana Cannas, Dr^a Anabela Ribeiro, Dr. José Mariz, Dr^a Lucília Runa e Eng.^o Rafael António. Fazem igualmente parte da equipa representantes de várias áreas funcionais: Eng.^o Hugo Tavares (Administração de Sistemas), Dr^a Sónia Krithinas (Aquisições), Dr^a Joana Braga (Descrição Arquivística), Dr^a Adelaide Proença (Arquivo Distrital de Lisboa), Dr. Luís Vasconcelos e Sá e Sr. Pedro Cid ou Sr. Rui Pires (Conservação e Transferência de Suportes), Dr. Miguel Veloso (Empréstimo e Gestão de Leitores).

O desenvolvimento do projecto será acompanhado por um grupo consultivo, constituído por: Dr. António Frazão, Dr^a Lurdes Henriques, Dr^a Madalena Garcia, Dr^a Maria das Dores Henriques, Dr^a Maria João Pires de Lima, Dr^a Maria José Fidalgo e Dr. Pedro Pentead.

De forma a garantir a comunicação foram criados dois endereços de correio electrónico, um próprio deste projecto, *pesi@iantt.pt*, e outro

de apoio ao funcionamento do CALM, *calm@iantt.pt*, para onde são enviados todos os comentários e propostas.

O projecto foi apresentado às chefias do IAN/TT e aos Directores dos Arquivos Distritais, através de reuniões especialmente organizadas para este efeito, tendo-se constatado o empenho e interesse que este merece por parte de todos.

Na sequência destas orientações estiveram no IAN/TT dois técnicos da DS, empresa proprietária do CALM. Um deles, ministrou formação à equipa executiva, esclarecendo em particular as dificuldades de utilização do sistema, apresentadas a partir da experiência acumulada por vários dos técnicos, desde 2003. Por outro lado foi revisto o funcionamento do sistema de modo a proceder à sua actualização.

As questões mais importantes, consideradas pelos dois técnicos da DS, permitem concluir pelo estabelecimento de algumas recomendações como sejam a necessidade dos técnicos do IAN/TT aperfeiçoarem a utilização do sistema, em particular no que respeita aos procedimentos de pesquisa e, eventualmente, a outros procedimentos de trabalho. Oportunamente serão transmitidas indicações nesse sentido, considerando também a resposta posterior da DS.

Com as acções já realizadas, prevê-se concluir até ao final do ano uma parte importante dos trabalhos em curso com a disponibilização da base de dados arquivística, associada a imagens dos documentos, através da Internet, facilitando assim o acesso a conteúdos importantes por parte dos cidadãos.

Rafael António

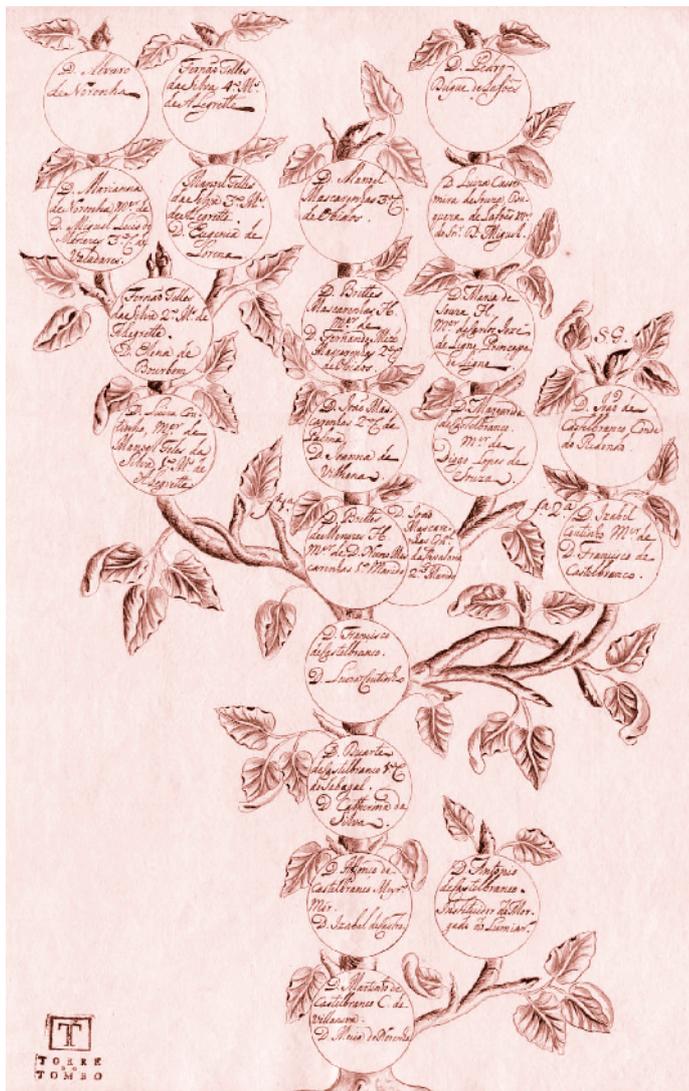
COLABORADOR DO IAN/TT PARA O PESI

Casa de Santa Iria ■

O ARQUIVO DE FAMÍLIA Casa de Santa Iria foi adquirido pela Torre do Tombo em 1995, por compra em leilão.

O título de Marquês de Santa Iria foi atribuído a D. Luís Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim, 3.º conde de Alva, filho de D. Vicente Roque José de Sousa Coutinho de Meneses Monteiro Paim e de D. Luísa Inês Isabel de Montboissier Beaufort de Cavillac, por Decreto da rainha D. Maria I, de 4 de Abril de 1833.

A Casa de Santa Iria reuniu as casas Sabugal, Palma, Óbidos e Alva. O casamento de D. Pedro de Sousa Coutinho Monteiro Paim, filho dos primeiros Marqueses de Santa Iria, com D. Eugénia Maria de Assis Castelo Branco e Lancastre, 6.ª condessa de Óbidos e do Sabugal e 7.ª condessa de Palma, em 1839, veio reunir a Casa de Santa Iria com as casas de Óbidos, Sabugal e Palma. Foi o 2.º Marquês de Santa Iria, D. José Luís de Vasconcelos e Sousa, filho de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, sobrinho do 11.º e último conde Óbidos, D. Pedro de Melo Assis Mascarenhas, que por falecimento deste, ficou com a representação das casas do Sabugal, Palma, Óbidos, Alva e de Santa Iria. O título de Marquês de Santa Iria foi-lhe atribuído e renovado por D. Manuel II, no exílio, a 25 de Janeiro de 1922, registado e reconhecido pelo Conselho da Nobreza, em nome de



D. Duarte, duque de Bragança, a 29 de Novembro de 1946.

O arquivo é constituído por 26 caixas de documentação abrangendo o período entre o final do século XIV ao início do século XX. À data da aquisição apresentava-se sem qualquer organização, e para a sua classificação seguiu-se o critério da natureza dos documentos. Estes foram agrupados em duas secções, Actividade Privada, que inclui Administração Patrimonial e Documentos Judiciais; e Actividade Pública que inclui Documentos Judiciais. A documentação que

saía deste âmbito foi agrupada em Documentos Pontifícios e Documentos Diversos.

A documentação de carácter privado e público fornece dados relativos aos membros da família que mais se destacaram pelos títulos, pela sua actividade e pelas funções públicas desempenhadas. A maioria dos documentos refere-se à administração de bens, nomeadamente de propriedades que se distribuem por Portugal Continental, incidindo nas zonas centro-sul, sobretudo nos concelhos de Alcácer do Sal, Castelo de Vide, Évora, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo, Sabugal e Santarém, e na Região Autónoma dos Açores, localizadas na ilha de S. Miguel. Predominam os documentos relacionados com o comprovativo da posse e gerência dos bens, como os aforamentos, vendas, doações,

receitas e despesas, e sentenças.

A actividade da família na sociedade portuguesa pode ser comprovada pelas cartas, ordens e instruções régias; pela generalidade da correspondência recebida e expedida; e pelas mercês concedidas. Os documentos pontifícios, que incluem bulas e breves, comprovam o prestígio da família perante o pontificado.

O arquivo da Casa de Santa Iria e o respectivo inventário estão já acessíveis ao público desde Abril do corrente ano.

Teresa Tremoceiro

TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO

O Arquivo do Prof. Doutor Marcello Caetano ■

O ARQUIVO DO PROFESSOR DOUTOR MARCELLO CAETANO é um arquivo pessoal, acumulado na sequência do desempenho de actividades académicas e políticas. A documentação encontra-se organizada em 12 séries, correspondentes a iniciativas não directamente ligadas ao exercício de funções oficiais e em 8 secções, correspondentes a funções oficiais ou políticas, assistidas ou exercidas pelo Professor Marcello Caetano, respectivamente:

- 1.ª Série – Instituto dos Estudantes Católicos de Lisboa (1923-1924)
 - 2.ª Série – Estudante da Faculdade de Direito (1926)
 - 3.ª Série – Integralismo Lusitano (1927-1928)
 - 4.ª Série – Sociedade de S. Vicente de Paulo (1928)
 - 5.ª Série – Artigos de imprensa (1932-1940)
 - 6.ª Série – Cruzeiro de férias às Colónias (1935-Agosto)
 - 7.ª Série – Guerra Civil de Espanha (1936)
 - 8.ª Série – Revisão Constitucional-1951
 - 9.ª Série – Documentos diversos – 1947-1954
 - 10.ª Série – Ambiente socio-político na Universidade e no País (1962-1968)
 - 11.ª Série – Exílio no Brasil (1974-1980)
 - 12.ª Série – Correspondência (1924-1995)
- 1.ª Secção – Conselho Político Nacional (1932)
 - 2.ª Secção – Conselho do Império Colonial (1940)
 - 3.ª Secção – Mocidade Portuguesa (1941)
 - 4.ª Secção – Ministro das Colónias (1944-1947)
 - 5.ª Secção – União Nacional (1934-1951)
 - 6.ª Secção – Ministro da Presidência (1955-1958)
 - 7.ª Secção – Reitor da Universidade de Lisboa (1959-1962)
 - 8.ª Secção – Presidente do Conselho de Ministros (1968-1974)

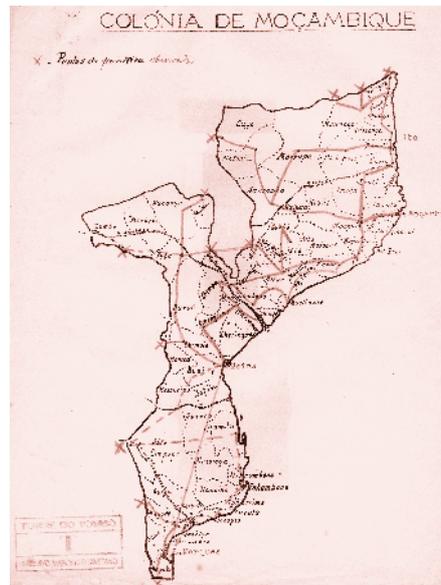
Este arquivo (composto por 48 caixas de documentos e quatro livros) foi alvo de um tratamento de catálogo, tendo sido numerados e descritos cerca de 12.000 documentos, que se podem agregar em três núcleos essenciais:

- a) um núcleo de documentos políticos, concentrados nas secções de *Ministro das Colónias* (439 documentos simples e principais) e *Presidente do Conselho de Ministros* (210 documentos simples e principais);
- b) um núcleo de documentos científicos, concentrados na colecção/série *Exílio no Brasil*, com 30 textos de conferências de âmbito histórico-jurídico;
- c) um terceiro núcleo de documentos, com interesse simultaneamente social, cultural e político, constituído pela *Correspondência*, colecção/série organizada por 1748 correspondentes ou temas.

Entre o conjunto de documentos políticos, sobressaem, pela complexidade operacional e importância estratégica, os temas da reocupação administrativa de Timor, em 1945, e das negociações com os Estados Unidos para o Acordo sobre a utilização da Base Aérea das Lages, em 1973-1974.

No núcleo de documentos científicos, destaca-se a versão original da *História do Direito Português*, podendo-se, ainda, consultar os manuscritos de conferências ou palestras, como *O conceito de Direito Administrativo* (1975), *A evolução do Instituto da Segurança no Direito Luso-Brasileiro* (1975), *Afrânio Peixoto e a História de Portugal* (1976), e *Alexandre Herculano e a História de Portugal* (1977), entre outros.

A série *Correspondência* excede em riqueza informativa e valor documental toda a restante documentação, pois a maior parte dos documentos trocados com ministros, colaboradores, com o Presidente do Conselho e com o Presidente da República, foram organizados como correspondência individual. Assim, a correspondência trocada com Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho, diplomata e político, introduz-nos na política cultural da década de 1950, e os seus relatórios como observador político, durante 1968-1974, constituem fontes únicas sobre a evolução da percepção da realidade socio-política, por parte de figuras identificadas com o próprio regime. É na *Correspondência*, no tema "Igrejas", que se encontram documentos fundamentais para a compreensão das tensões que a guerra colonial introduziu na própria hierarquia eclesíastica; é nesse mesmo tema que se encontram documentos que revelam os conflitos crescentes entre as autoridades portuguesas e muitas missões religiosas estrangeiras, instaladas nos territórios de África. É, ainda, na *Correspondência*, através das cartas de Orlando Ribeiro, Joaquim Paço de Arcos, Jorge Tavares Rodrigues e outros, que se pode observar as aproximações e distanciamentos entre a inteligência e a política, durante o período de 1950-1974.



Colónia de Moçambique: Itinerários já percorridos, itinerários a percorrer (c. 1945, Agosto)

António Frazão

CHEFE DA DIVISÃO DE ARQUIVOS DEFINITIVOS

Visitas Oficiais ■



FOTO - JOSÉ ANTÓNIO SILVA

SUA ALTEZA IMPERIAL O PRÍNCIPE Haruhito, herdeiro do trono do Japão, deslocou-se à Torre do Tombo, em visita oficial, no passado dia 18 de Maio.

A assinalar o evento, realizou-se uma mostra documental onde estiveram patentes alguns dos documentos mais significativos desta Instituição, nomeadamente a ratificação do Tratado de Tordesilhas e o Atlas de Fernão Vaz Dourado, para além de outros representativos das relações luso-nipónicas, tais como a cópia do primeiro mapa europeu, português, com a representação do Japão (c. 1550), o mapa representando a descrição do reino do Japão (finais do séc. XVI), a edição de 1624 da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto e o Tratado de Paz, Amizade e Comércio, de 1860, assinado na cidade de Yeddo, actual Tóquio. .||



FOTO - JOSÉ ANTÓNIO SILVA

A VISITA OFICIAL DE SUA ALTEZA Imperial o príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, da Casa Imperial do Brasil, teve lugar no passado dia 25 de Maio. No decurso da visita foram exibidos alguns dos documentos mais significativos das relações luso-brasileiras, designadamente a Carta de Pêro Vaz de Caminha sobre o “achamento” do Brasil, cartografia quinhentista, diversos livros iluminados e o Tratado de Amizade, Comércio e Paz entre os dois países. .||



NO DIA 17 DE JUNHO, SUA ALTEZA Real o Senhor D. Duarte, Duque de Bragança, visitou o IAN/TT por ocasião da oferta, por parte da Associação dos Amigos da Torre do Tombo, do quadro da Rainha D. Catarina de Bragança (Escola Inglesa, século XVII) que se encontra em exposição no átrio do Piso 1.

Antes, o Duque de Bragança visitou a exposição temporária subordinada ao tema: “Documentação da Casa Real e da Casa de Bragança”, com documentos do século XIV ao século XX. .||

Visitas de Estudo ■

NO ÂMBITO DA DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO NACIONAL, o Gabinete de Leitura Pública da Divisão de Comunicação e Relações Externas realizou, no segundo trimestre de 2004, 31 visitas guiadas para um total de 639 visitantes, distribuídos de acordo com o gráfico em anexo:

Grau Ensino	n.º Visitas	n.º Visitantes
Primário	02	31
Preparatório	02	56
Secundário	03	75
Superior e Formação Profissional	20	430
Outras	04	47

INFORMAÇÕES

Doutoramento em Ciências Documentais ■

Ana Cannas, técnica superior de arquivo e coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento Técnico (GEPT), do IAN/TT, defendeu tese de doutoramento em Ciências Documentais, em Junho de 2004, na School of Library, Archive and Information Studies do University College London, perante um júri constituído pelo Dr. Michael Cook, Senior Research Fellow no Liverpool University Centre for Archive Studies (LUCAS), University of Liverpool, e pelo Prof. Malyn

Newitt, Charles Boxer Professor of History, no Department of Portuguese and Brazilian Studies, King's College, University of London. O Prof. John McIlwaine orientou a tese, coadjuvado pela Dr^a Kate Peters e pela Senior Lecturer Elizabeth Danbury. A dissertação intitula-se "The Archives of the Portuguese Government during the residency of the Court in Brazil, 1808-1821". O ponto de partida da tese foi a necessidade de compreender o que aconteceu com

os documentos dispersos e insuficientemente descritos de arquivos da administração central portuguesa, durante o período 1808-1822, a fim de lhes ser atribuída a proveniência correcta. Por um lado, existiam poucos estudos relativos aos arquivos dos principais órgãos de governo e da administração portugueses, neste período. Por outro, o funcionamento do governo central sediado no Rio de Janeiro e do governo em Lisboa e entre ambos era menos conhecido. .u

Incorporação ■

PROVENIENTE DA INSPECÇÃO – GERAL de Finanças foram incorporados cerca de 24 metros de documentação relativa à extinta Fiscalização dos Fosfóros e Tabacos.

Fiscalização dos Tabacos

Trata-se de documentação referente à harmonização fiscal, auditorias, registos de produção e importação de tabacos. Datas extremas 1929-1993.

Fiscalização dos Fósforos

Documentação relativa à alteração do regime fosforeiro português; correspondência, registos de produção, relatórios e estudos sobre a situação económica das fosforeiras, aprovação de marcas de fósforos. Datas extremas 1941-1993. .u

Legislação ■

DESPACHO CONJUNTO N.º 340/2004 do Ministério da Cultura e Tribunal de Contas : Regulamento Arquivístico do Tribunal de Contas e Serviços de Apoio. Publicado no Diário da República n.º 132, II Série, de 5 de Junho. .u

CD-ROM

O Manuelino e os Descobrimentos ■



NA PRESENÇA DO SENHOR Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta, decorreu, no passado dia 21 do mês de Abril, no auditório da Torre do Tombo a divulgação do CD-ROM *O Manuelino e os Descobrimentos*, produzido pela Mediaprimer em parceria com o ICAM.

O Prof. Doutor José Carlos Teixeira, Director da empresa Mediaprimer, fez a apresentação desta obra que teve a colaboração científica do Professor de História de Arte da Universidade de Coimbra, Professor

Doutor Pedro Dias, actual Director do IAN/TT. O projecto integra-se no programa internacional da ONG, Museus sem fronteiras, que visa a divulgação do património artístico mundial, e que foi iniciado, em Portugal, pela Direcção-Geral do Turismo, com o itinerário/exposição Terras da Moura Encantada, por iniciativa do Arquitecto Flávio Lopes.

Os exemplares editados em livro tiveram já versões em português, espanhol, francês e inglês, com ampla distribuição e difusão em toda a Europa. .u

AGENDA

Exposições ■

7 de Junho/16 de Julho

Átrio

DOCUMENTAÇÃO DA CASA REAL E
DA CASA DE BRAGANÇA

26 de Julho/2 de Outubro

Sala de Exposições



ILUMINURAS DA LEITURA NOVA

«Os livros da Leitura Nova constituem uma colecção mandada fazer por D. Manuel e continuada por D. João III. Inserem documentos transcritos em letra de grande beleza, ainda que, nem sempre, de igual rigor na transcrição. Com páginas providas de maravilhosas iluminuras, assim como de outras de curiosos ornatos caligráficos, representam um conjunto de extraordinário valor artístico. Além do interesse da sua documentação, a Leitura Nova é também essencial para a história da iluminura em Portugal nessa época, sem prejuízo de muitos dados que se podem recolher para o período antecedente (embora essa questão esteja ainda mal esclarecida). A expressão do mecenato real exhibe também um conceito de poder, revelado pelo enunciado, tanto dos serviços que o rei presta à comunidade, como os que dela recebe e recompensa.

A qualidade artística da Leitura Nova justifica uma exposição a ela expressamente dedicada, como esta que aqui se apresenta» (in *Leitura Nova, Guia de Exposição*, 1992)

23 de Julho/17 de Setembro

Átrio

DESENHOS DE ARQUITECTURA DO
ACERVO DA TORRE DO TOMBO

22 de Outubro/31 de Dezembro

Sala de Exposições

GENEALOGIA E HERÁLDICA,
FONTES DOCUMENTAIS DA
TORRE DO TOMBO PARA A HIS-
TÓRIA DO BRASIL

24 de Setembro/8 de Novembro

Átrio

TRATADOS INTERNACIONAIS DO
ACERVO DA TORRE DO TOMBO

12 de Novembro/31 de Dezembro

Átrio

BÍBLIA DOS JERÓNIMOS

Congresso ■

23 a 29 de Agosto

Viena

XV CONGRESSO INTERNACIONAL
DE ARQUIVOS

Arquivos, memória e conhecimento

wien2004@ica.org

www.wien2004.ica.org

O IAN/TT vai estar representado no Congresso por uma delegação oficial presidida pela Subdirectora, Dr.^a Maria do Carmo Dias Farinha, e que integra a Chefe de Divisão de Comunicação e Relações Externas, Dr.^a Maria de Lurdes Henriques, a Directora do Arquivo Distrital do Porto, Dr.^a Maria João Pires de Lima, a Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento Técnico, Dr.^a Ana Cannas, e a Técnica Superior de Arquivo, Dr.^a Lucília Runa.

Novas Instalações do Arquivo Distrital de Viseu ■

NA SEQUÊNCIA DO DESPACHO DO Senhor Ministro da Cultura, datado de 6 de Abril de 2004, vai ser lançado, durante o mês de Agosto, o concurso público internacional do projecto das novas instalações do Arquivo Distrital de Viseu .

O prazo estabelecido para a execução do projecto, a partir da data da adjudicação, é de 180 dias.

A Câmara Municipal de Viseu, por protocolo a celebrar com o IAN/TT, cede um terreno com a área aproximada de 5.000 m², na denominada "Quinta da Cruz", para a construção, de raiz, do novo edifício. O futuro Arquivo Distrital de Viseu acolherá e tratará o património do respectivo Arquivo Municipal. ■■